



Coletivo Filosofia Maldita

A segurança pública é um negócio extremamente lucrativo
Como diria o cientista político Aime Cesaire, a violência que você vê na tela do celular um dia vai bater na porta da sua casa.

11/05/2025

coletivofilosofiamaldita.noblogs.org
por **COLETIVO FILOSOFIA MALDITA**

Ambiciosamente, o futuro Rei Filósofo.

REFERÊNCIAS: Doria anuncia que vai privatizar novos presídios do estado de SP – g1.globo.com Entre o público e o privado: uma análise sobre segurança e mercado em dois contextos distintos. – nadir.fflch.usp.br Segurança pública: estados firmaram quase R\$ 1 bi em contratos sem licitação – www.gazetadopovo.com.br Baixada Fluminense: 70% das empresas de segurança privada não têm autorização para funcionar – oglobo.globo.com Firjan articula parceria público-privada para conservação e segurança do Arco Metropolitano – www.jornaldoestadodorio.com.br

bibliotecaanarquista.org

A segurança pública é um negócio extremamente lucrativo

Como diria o cientista político Aime Cesaire, a
violência que você vê na tela do celular um dia vai
bater na porta da sua casa.

Coletivo Filosofia Maldita

11/05/2025

Conteúdo

A violência que você vê não é uma falha, ela é proposital: quanto mais violento onde se vive, mais se gasta com segurança.	3
POR QUE ESSE É UM PROBLEMA DE TODOS NÓS?	5

nos, vive exposto. A cidade se fragmenta não apenas no espaço, mas na experiência de existir dentro dela.

Há ainda um efeito perverso sobre a democracia. Quando a violência é tratada como um problema individual, “*você que se proteja*”, desaparece o debate coletivo sobre suas causas estruturais: desigualdade, racismo, urbanização excludente, guerra às drogas, encarceramento em massa. Em seu lugar, prosperam soluções rápidas, espetaculares e ineficazes: mais armas, mais prisões, mais polícia nas ruas, menos direitos. O ciclo se fecha: essas respostas alimentam a violência que, por sua vez, justifica novos contratos, novas PPPs, novos mercados do medo.

Não é coincidência que os mesmos territórios abandonados pelo Estado sejam os mais policiados e, ao mesmo tempo, os menos protegidos. A presença estatal aí não é de cuidado, mas de controle. Não é de garantia de direitos, mas de contenção de corpos. Enquanto isso, nas zonas “valorizadas”, a segurança é silenciosa, tecnológica, privatizada, invisível — e cara. O medo organiza o mapa da cidade e define quem pode circular, quem pode errar, quem pode viver.

Por isso, este não é um problema de polícia, nem de moral, nem de “falta de educação”. É um problema político e econômico. Enquanto a violência for rentável, ela não será combatida de verdade. Enquanto a insegurança gerar lucro, ela será administrada, não resolvida. Questionar esse modelo é questionar quem ganha com o caos, quem transforma o sofrimento cotidiano em linha de faturamento.

Romper com esse ciclo exige mais do que reformas pontuais: exige recolocar a segurança como um bem comum, inseparável de políticas de moradia, saúde, educação, mobilidade e trabalho. Exige enfrentar interesses poderosos que lucram com o medo alheio. E, sobretudo, exige recusar a ideia de que viver com medo é normal. Porque não é. É apenas conveniente — para quem vende proteção.

A violência que você vê não é uma falha, ela é proposital: quanto mais violento onde se vive, mais se gasta com segurança.

No Brasil e no mundo, a falta de investimento público em segurança é um projeto antigo em aliado com negócios imobiliários, seguradoras e corporações de vigilância. **Em 2024 os estados firmaram quase R\$ 1 bi em contratos sem licitação**; 350 milhões em serviços de tecnologia, internet e informática e centenas de contratos acima de 1 milhão incluindo Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais.

Avaliando o caso do Rio: **Só na Baixada Fluminense (RJ), 70% das empresas não tem licitação pra funcionar.** O Governo do RJ e a Firjan - um grupão de empresários - fizeram uma parceria público-privada para conservação e segurança do Arco Metropolitano. Sabendo que só há lucro quando há “insegurança”, o que esperar dessa parceria? Em 2019, João Dória tentou enfiar goela abaixo uma **PPP (Parceria Público-Privada)** que abriria as portas pra *privatização de presídios*. A intenção era terceirizar os serviços internos, serviços internos como alimentação, limpeza, manutenção, assistência médica e laboral dos presos, enquanto o Estado ficaria responsável pela custódia e segurança armada. A ideia é que com a infra-estrutura dos complexos presidiários com baixíssima qualidade, a tendência é a piora da qualidade de vida do detento, aumentando a reincidência e tornando o crime um negócio altamente lucrativo num ciclo interminável.

A fragmentação da cidade — os muros, as portarias, os condomínios blindados — não é apenas um reflexo do medo, mas o sintoma de um modelo econômico que transformou a insegurança em negócio. À medida que o Estado se retira da função de garantir segurança pública, o cidadão é empurrado para o mercado da proteção privada: câmeras, alarmes, cercas elétricas, aplicativos de vigilância. O medo virou assinatura mensal.

POR QUE ESSE É UM PROBLEMA DE TODOS NÓS?

As seguradoras ocupam o espaço deixado pelo poder público. A cada aumento da violência, sobem também os prêmios de seguro de automóveis, de residências e de celulares (vale mencionar a "gratificação faroeste" que dá um bônus a policiais que "neutralizarem criminosos em ação", aumentando a busca por cabeças no lugar da prevenção do crime). O risco é calculado e precificado, e quem pode pagar, paga. Quem não pode, fica à mercê. A desigualdade se traduz até na probabilidade de ser assaltado: a segurança se torna um privilégio econômico, não um direito comum.

Num ambiente violento, até o cotidiano mais simples — atravessar a rua, usar um celular, voltar tarde do trabalho — exige gasto extra. E esse gasto, somado milhões de vezes, alimenta um mercado bilionário. A violência, assim, cumpre uma função política e econômica: ela obriga o cidadão a pagar por segurança, a privatizar sua sobrevivência, e a naturalizar o abandono estatal.

A violência, quando instrumentalizada, reorganiza prioridades, desloca recursos e corrói vínculos sociais. Ela ensina a desconfiar do outro, a aceitar a exceção como regra, a trocar praça por shopping, a casa pelo condomínio e a convivência por isolamento (uma receita perfeita para o consumo). Uma sociedade com medo é uma sociedade dócil: menos disposta a reivindicar direitos, mais inclinada a aceitar soluções autoritárias ou privatizadas como se fossem inevitáveis. O cidadão deixa de ser sujeito de direitos e passa a ser cliente. Cliente do condomínio, da empresa de vigilância, da seguradora, do aplicativo que "mapeia riscos", do botão do pânico. A segurança deixa de ser política pública quando tragada pelo sistema capitalista. Quem paga mais, vive mais tranquilo; quem paga me-